

<https://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4867>

Caros(as) leitores(as),

É com satisfação que apresentamos a vocês o número 260 da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), publicado no contexto ainda difícil da pandemia de covid-19 que impacta fortemente a educação brasileira. Ensino presencial, híbrido, remoto e/ou suspensão de aulas alteram substantivamente a vida escolar em todo o País, exigindo ações político-administrativas e pedagógicas de monta. A escola é solicitada a realizar ações solidárias para acolher e atender demandas da comunidade, em virtude dos efeitos sociais da pandemia. Já nos colocamos a pensar como será a escola após esse período. Como a travessia de professores e alunos pela pandemia afetará os modos de ser e estar na escola? Como os novos desafios se relacionam com outros vividos pelas escolas, por exemplo, a necessidade de consolidação das políticas de educação inclusiva ou a implantação de novas orientações para o ensino médio? Perguntas que, com o tempo, serão respondidas pelas práticas e pelas pesquisas educacionais.

Este número contempla um rico e variado conjunto de artigos, sem tratar propriamente desse contexto, que foram escritos por 37 autores de 11 estados, representando 17 instituições de ensino superior de todas as regiões do País. São dez artigos na seção de estudos e três na seção de relatos de experiências, trabalhos relacionados aos campos da história da educação, da educação inclusiva, da educação superior e da educação de jovens e adultos. Há ainda a resenha de um livro que aborda a liberdade de ensinar.

O artigo que abre este número, “Práticas de cura, saberes tradicionais e conhecimentos escolares: um estudo sobre uma comunidade rural de Minas Gerais (1940-1970)”, de Walquiria Miranda Rosa e Ana Maria de Oliveira Galvão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), analisa as principais práticas de cura, suas formas de transmissão e aprendizado em uma comunidade rural de Ibirité, Minas Gerais, entre 1940 e 1970. As autoras concluem que: a) a força dos saberes tradicionais estava na crença que a comunidade neles depositava e em laços de solidariedade nos quais se apoiava; e b) a prática médica baseada na ciência teve de conviver, negociar e produzir sua legitimidade junto à população, em um jogo de forças, compartilhando e disputando espaços.

O segundo texto, “Vivências e memórias entre a Escola Monsenhor Lopes e a Comunidade Forte”, escrito por Suzana Gomes Lopes, Alexandre Leite dos Santos Silva e Caroline Lucena de Sousa, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), tem como objetivo evidenciar a relação da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte ao longo de sua história. Os autores concluem que a escola teve importância central para atender demandas de escolarização da comunidade e, em interação com outras instituições, contribuiu para o desenvolvimento local. Apontam, no entanto, que a escola tem, ao longo dos anos, colaborado tanto para a permanência como para o afastamento dos sujeitos no/do campo.

Wivian Weller e Cilene Vilarins Cardoso da Silva, da Universidade de Brasília (UnB), são as autoras do terceiro artigo, “Ensino médio público no passado e no presente: visões de docentes de distintas gerações do Distrito Federal”. Com vistas a contribuir para o debate sobre os rumos do ensino médio a partir da Lei nº 13.415/2017, analisam experiências de docentes de escolas do ensino médio do Distrito Federal que viveram, como estudantes e/ou docentes, a implementação de reformas nesse nível de ensino desde a década de 1970. Para as autoras, a particularidade deste estudo consiste em considerar as vozes de docentes que pertencem a gerações distintas, mas coexistem no mesmo espaço e no mesmo tempo, gerando, por vezes, conflitos e tensões e, em outros momentos, diálogos, compartilhamentos e aprendizados.

Na sequência, temos outro texto sobre o ensino médio, “Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro”, de Elodia Honse Lebourg, Rosa Maria da Exaltação Coutrim e Luciano Campos da Silva, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Busca compreender a percepção de jovens das classes populares sobre a transição do ensino fundamental para o ensino médio e conclui que essa transição acarreta aos jovens a ampliação de sua rede de sociabilidade e o enfrentamento de complexos desafios associados ao futuro.

A seguir, dois artigos tratam de educação e inclusão. O primeiro, “O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus”, de João Otacilio Libardoni dos Santos, Geyse Patrizia Teixeira Sadim, e Maria Almerinda de Souza Matos, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Carlos Schmidt, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), resulta de pesquisa que objetivou

caracterizar a organização e o funcionamento do atendimento educacional especializado (AEE), realizado nas salas de recursos multifuncionais (SRM), direcionado a educandos com autismo na rede municipal de Manaus. Os autores destacam, em especial, a centralidade das salas de recursos multifuncionais para a construção de contextos inclusivos para estudantes com autismo. O outro texto, de Gisele Silva Araújo e Manoel Osmar Seabra Junior, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), trata de tecnologia assistiva para estudantes com transtorno do espectro autista. O objetivo do estudo “Elementos fundamentais para o *design* de jogos digitais com o foco no treino de competências e habilidades de estudantes com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática” foi identificar e analisar os elementos fundamentais para o *design* de jogos digitais, com o foco no treino de competências e na aquisição de novas habilidades de estudantes com autismo, apontados pela literatura nacional e internacional. Os autores constataam que, para o treinamento de competências e a aquisição de novas habilidades, somente a inserção de jogos digitais na vida de estudantes com autismo não é suficiente. Faz-se necessário planejar jogos na perspectiva do *co-design*, levando em conta especificidades e características universais do autismo.

Dando prosseguimento, apresentamos três estudos relacionados à educação superior.

“A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados”, escrito por Guilherme Henrique Gomes da Silva, Ronaldo André Lopes e Eric Batista Ferreira, da Universidade Federal de Alfenas (Ufal), trata de pesquisa que visou compreender o alcance das ações afirmativas em uma universidade federal de médio porte, por meio da análise de dados de estudantes ingressantes em 2018. Como conclusão, os autores indicam a necessidade de: a) ampliar ações institucionais da universidade para alcançar o preenchimento total das vagas, especialmente de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas; b) realizar estudo longitudinal sobre taxa de ocupação e impacto das ações afirmativas na universidade pesquisada.

No artigo “Objetivos educacionais e avaliações em larga escala na trajetória da educação superior: Enem, Enade e a complexidade cognitiva na retenção do fluxo”, de Sammela Rejane de Jesus Andrade e Raquel Meister Ko Freitag, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), as autoras se interessam em compreender, sob o ponto de vista da proficiência em leitura, o que é esperado dos estudantes já formados ou em formação na educação superior, comparando documentos norteadores e itens de duas avaliações em larga escala que perpassam o percurso da formação nesse nível no Brasil – o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) –, sob a perspectiva dos objetivos educacionais propostos na Taxonomia de Bloom. Concluem que há assimetrias tanto na comparação entre os níveis de complexidade e entre as determinações normativas, matrizes de referência e portarias quanto nos itens de ambas as avaliações. Levantam a hipótese de que tais assimetrias podem estar relacionadas com a retenção de fluxo na educação superior.

No tocante à educação superior, temos ainda o artigo “Representações sociais de graduandos em Educação Física sobre meio ambiente e a relação homem, esporte e natureza”, de Felipe da Silva Triani, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Anna Carolina Carvalho de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Alberto de Oliveira Magalhães Júnior, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Silvio de Cassio Costa Telles, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estudo pretendeu identificar e analisar as representações sociais que estudantes de bacharelado em Educação Física têm sobre o meio ambiente e a relação homem, esporte e natureza. Constatou-se que as representações sociais dos estudantes sobre o meio ambiente estão associadas a elementos naturalísticos e aquelas sobre a relação homem, esporte e natureza estão associadas à área de atuação dos estudantes e a práticas esportivas regionais. Concluiu-se que são necessárias intervenções pedagógicas na licenciatura em Educação Física que tematizem o meio ambiente, bem como a relação entre homem, esporte e natureza.

O último texto da seção de estudos aborda o letramento estatístico de adultos na educação de jovens e adultos. “Interpretação de gráficos de barras na educação de jovens e adultos”, de Izauriana Borges Lima e Ana Côelho Vieira Selva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisa os avanços e as dificuldades de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental da educação de jovens e adultos (EJA) na interpretação de gráficos de barras, antes e depois de serem submetidos à realização de quatro intervenções pedagógicas distintas (de construção e de interpretação). As autoras indicam que as intervenções pedagógicas de interpretação se destacam na melhoria da compreensão de gráficos. Mas acrescentam que intervir apenas com atividades de construção e articular interpretação e construção também favorece o desenvolvimento das habilidades interpretativas em gráficos de barras.

A seção de relatos de experiência inicia com o artigo “A colaboração em pesquisa como ferramenta metodológica para formação de professores(as) na licenciatura: relato de experiência”, de Suzana Santos Libardi, Carmelita Maria Gomes e Ana Paula Sandes Araujo, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Trata-se de uma experiência de colaboração vivenciada por duas licenciandas na produção de suas monografias de conclusão de curso de licenciatura, especialmente nas atividades de campo. Como resultados, afirmam a relevância da incorporação da pesquisa na formação inicial de professores e enfatizam a positividade do exercício colaborativo em pesquisa entre graduandos de licenciatura.

“Produção de texto no 3º ano do ensino fundamental: revisão e reescrita no desenvolvimento das funções psicológicas superiores”, de Patrícia de Araujo Abucarma Stevanato, da Faculdade UniALFA de Umuarama., e Elsa Midori Shimazaki, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), objetivou compreender como a reescrita, a partir da revisão orientada pelo professor, contribui para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (atenção, percepção e memória) em alunos no 3º ano do ensino fundamental. As autoras confirmam que a revisão e a reescrita, etapas do processo de

escrita, quando utilizadas pelo professor como ferramenta metodológica, favorecem o desenvolvimento da atenção, da percepção e da memória.

Ainda nessa seção, o estudo “Inclusão escolar e a atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) no Instituto Federal de São Paulo”, escrito por Carla Ariela Rios Vilaronga, Michele Oliveira da Silva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Ana Beatriz Momesso Franco, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Gabriela Alias Rios, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), mapeia e analisa ações desenvolvidas ou vivenciadas pelas equipes dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) de diferentes *campi* do Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP), tendo como base a proposta de atuação do núcleo da instituição. As autoras concluem que foram realizadas ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao estudante público-alvo da educação especial (PAEE), cumprindo-se os objetivos da proposta do núcleo; porém, apontam a insuficiência de dados para afirmar que o direito dos estudantes PAEE de acessibilidade e educação, nos diferentes *campi* do IFSP, esteja garantido.

Por fim, temos a resenha do livro *Educação contra a barbárie – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*, organizado pelo professor Fernando Cássio e lançado em maio de 2019 pela Editora Boitempo. A resenha crítica produzida por Jonas Alves da Silva Junior, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), intitulada “Um livro de combate contra a barbárie na educação brasileira”, que fecha este número, trata de tema instigante e atual, a defesa da escola democrática e a liberdade de ensinar, que tem mobilizado a comunidade escolar e estudiosos da área da Educação, entre outros atores da sociedade civil e da política brasileira.

Desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

Alexandre Filordi de Carvalho (Ufla)

André Vitor Fernandes dos Santos (Inep)

Claudianny Amorim Noronha (UFRN)

Elenita Gonçalves Rodrigues (Inep)

Juarez José Tuchinski dos Anjos (UnB)

Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS)

Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ)

Editoria Científica



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.

